



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

RESUMO	
PROMOTOR	ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA CNPJ Nº 37.205.760/0001-45.
OBJETO	Contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de gêneros alimentícios de consumo comum, compreendendo os seguintes itens: café em pó, açúcar refinado, leite em pó integral, biscoito salgado tipo cream cracker, biscoito doce tipo maisena, biscoito doce tipo Maria, biscoito doce recheado e biscoito tipo wafer, para suprir as necessidades internas das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania – SEAC e das Usinas da Paz, distribuídas em diversas Regiões de Integração do Estado do Pará.
MÉTODO DE DISPUTA	ABERTO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR LOTE
VALOR TOTAL	R\$ 1.274.529,60
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E LOCAL	Data: 04/03/2026 Hora: 10:30 WWW.COMPRASNET.GOV.BR UASG: 928228



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E – 2025/3147642 (APENSADO - E-2025/3150928)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-SEAC

O ESTADO DO PARÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA - SEAC, avisa para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, observados os termos e condições constantes neste Edital e seus Anexos e do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E – 2025/3147642 (APENSADO - E-2025/3150928)**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Estadual nº 2.939/2023, Decreto Estadual nº 2.940/2023, Lei Complementar nº 123/06, Lei Federal nº 8.078/90 e demais legislação aplicável, e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de **gêneros alimentícios de consumo comum, compreendendo os seguintes itens: café em pó, açúcar refinado, leite em pó integral, biscoito salgado tipo cream cracker, biscoito doce tipo maisena, biscoito doce tipo Maria, biscoito doce recheado e biscoito tipo wafer**, para suprir as necessidades internas das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania – SEAC e das Usinas da Paz, distribuídas em diversas Regiões de Integração do Estado do Pará, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **LOTES, formado por 12 lotes** conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A presente licitação será realizada por meio de **pregão eletrônico** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.940/23, Lei Complementar Federal nº 123/06, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffb376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página: 2 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

3.4. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.5. A não observância do disposto neste item poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não será aplicado o disposto no art. 47 e 48 da LC nº 123/06 as empresas de pequeno porte e micro empresas, em razão da incidência, no caso, do art. 49º, III da Lei nº 123/06.

3.6.1. Considerando o disposto no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, justifica-se a não aplicação do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, consistente na reserva de cota de até 25% do objeto licitado, tendo em vista que, no caso concreto, tal medida não se revela vantajosa à Administração Pública e representaria prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffb376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página: 3 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

3.7.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.8.1. A não participação de empresas em consórcio, trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto. Dessa forma, não seria vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o órgão, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas.

3.7.8.2. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3.4.1. Declaração de cumprimento do disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que a empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas portadoras de deficiência, na seguinte proporção:

- a) até 200 funcionários: 2%;
- b) de 201 a 500 funcionários: 3%;
- c) de 501 a 1000 funcionários: 4%;
- d) de 1001 em diante funcionários: 5%;

4.3.4.2. Declaração negativa da não obrigatoriedade, caso a licitante não seja obrigada a preencher o percentual.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. Se houver item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

4.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor Unitário (mensal, unitário) e total (anual, total) do item etc., conforme o caso;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante, conforme o caso;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo estabelecido neste edital e anexos.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: determinar adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote, levando em consideração o valor de cada item, que compõem o lote.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de R\$ 0,10 (dez centavos).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

6.10. Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.6. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.7. Empresas brasileiras;

6.19.8. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.9. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

6.20. Esgotados os critérios de desempate de que tratam os itens anteriores, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.23. Após encerramento da etapa de lances, será convocado o licitante vencedor, para manifestar interesse no item dentro do prazo de 10 minutos. Manifestado interesse, será convocado via sistema para apresentação da proposta no prazo de 2 (duas) horas, caso contrário será entendido como desistência tácita.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e este edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

7.1.5. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1. Contiver vícios insanáveis;

7.4.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.4.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.5. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.5.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.5.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.5.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

7.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) serão enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo agente de contratação ou comissão de contratação, quando o substituir, até a conclusão da fase de habilitação, nos termos do §1º, do art. 39, do Decreto Estadual nº 2.940/2023.

8.3. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do caput do art. 8º deste Decreto, observado, nesta hipótese, o disposto no § 2º do art. 39, do Decreto Estadual nº 2.940/2023 e do § 2º do art. 64 da Lei Federal no 14.133, de 2021.

8.4. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e/ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação

8.5. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital de licitação, após solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação, no sistema eletrônico, no prazo de, **no mínimo, 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, nas situações elencadas no § 3º do art. 29 deste Decreto.

8.6. A verificação pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.7. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação, poderá sanar erros ou falhas, na forma estabelecida no Capítulo XI do Decreto Estadual nº 2.940/2023.

8.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º, do art. 29, do Decreto Estadual nº 2.940/2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

8.8.1. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o § 7º, do art. 39, do Decreto Estadual nº 2.940/2023.

8.8.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.8.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.8.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no mínimo, 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.8.6. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.8.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.8.9. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.8.10. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.9. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; acompanhado de documento comprobatório do proprietário.

8.9.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

8.9.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.9.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.9.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.9.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.9.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.9.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.9.9. Durante a licitação os licitantes deverão manter as condições de habilitação, ou seja, toda documentação deve ser atualizada via convocação de anexo, quando convocado, sob pena de Inabilitação.

8.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.10.1. Não obstante a comprovação da habilitação por meio do SICAF, conforme acima descrito, para fins de comprovação da habilitação técnica a empresa deve ainda apresentar:

8.10.1.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.10.1.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.10.2. Alvará de funcionamento do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação.

8.10.3. Comprovação de aptidão para execução do objeto, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.10.3.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica, o licitante deverá apresentar atestados de capacidade técnica que demonstrem já ter fornecido, em contratos anteriores, quantitativos mínimos equivalentes a **50% da quantidade do lote que pretende fornecer nesta licitação**, ou seja, deverá comprovar que já entregou, em contratos anteriores, no mínimo 50% da quantidade total exigida para o lote que participa, nos termos do art. 67 da Lei 14.133/21.

8.10.3.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante,



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.10.3.3. A comprovação deve ser feita por meio de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinados e contendo as seguintes informações mínimas: Nome da entidade contratante; Descrição do objeto fornecido; Quantidade entregue; Data da entrega e vigência do contrato; Assinatura e identificação do responsável pela emissão do atestado.

8.10.4. Os atestados deverão comprovar a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8.10.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.10.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante, entre outros documentos.

8.10.7. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente

8.10.8. A licitante deverá apresentar ainda, sob pena de inabilitação:

8.10.9. declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos da constituição do Estado do Pará.

8.10.9.1. A fim de se comprovar a exatidão das informações prestadas pela licitante, será emitida Certidão para Comprovação de que cumpre com a reserva de cargos para Portadores de Deficiência e Reabilitados da Previdência social através do link: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br>.

8.10.9.2. Declaração de cumprimento do disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que a empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas portadoras de deficiência, na seguinte proporção:

- a) até 200 funcionários: 2%;
- b) de 201 a 500 funcionários: 3%;
- c) de 501 a 1000 funcionários: 4%;
- d) de 1001 em diante funcionários: 5%;

8.10.9.3. Declaração negativa da não obrigatoriedade, caso a licitante não seja obrigada a preencher o percentual.

8.11. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO -FINANCEIRA:

8.11.1. Não obstante a comprovação da habilitação por meio do SICAF, conforme acima descrito, para fins de comprovação da **qualificação econômico-financeira** a licitante deverá ainda apresentar:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

8.11.1.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;

8.11.1.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.11.1.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.11.1.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1(um), conforme as seguintes fórmulas:

i. Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

ii. Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante);

iii. Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.11.1.5. Para a demonstração dos índices econômicos previstos neste subitem a licitante deverá apresentar Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil e do Representante Legal da empresa.

8.11.1.6. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei

8.11.1.7. Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado do LOTE que participa.

8.11.1.8. Certidão de Inteiro Teor contendo os dados de movimentação e arquivamento da licitante interessada em participar desse referido certame, juntamente com a certidão simplificada e específica, de todos os atos averbados, emitida pela Junta Comercial do domicílio ou sede da empresa licitante, datados dos últimos 30 (trinta) dias, exceto para as empresas classificadas como MEI.

8.11.1.9. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos

8.11.1.10. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.11.1.11. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

- I. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- II. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a **10% (dez por cento)**, para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.11.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.12. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.12.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.12.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.12.4. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.12.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

8.12.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.12.7. Os documentos referidos nos subitens do item 8.9, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

8.12.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.12.10. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com Efeito de Certidão Negativa, devendo apresentar a respectiva Certidão devidamente regularizada através da



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

convocação de anexo, diretamente pelo sistema do COMPRASNET. Logo o pregoeiro convocará a licitante via anexo para apresentar a devida documentação.

8.12.11. O prazo para regularização fiscal será contado a partir do momento da divulgação do resultado da fase de habilitação do proponente.

8.12.12. A prorrogação do prazo poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.12.13. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal.

8.12.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade do certame.

8.12.15. **Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.**

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por escrito, através de documento formal, devidamente datado e assinado pelo interessado ou seu representante legal, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no seguinte endereço: **glicseac@gmail.com**.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao Licitante declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 20 (vinte) minutos.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa acerca da **licitação**, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



- Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2., 12.1.3 e 12.1.4. quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens anteriores que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidade, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. O procedimento de responsabilização será instaurado mediante Portaria e observará o disposto no Decreto Estadual nº 3.813, de 1º de abril de 2024.

12.11. Na fase de instrução do processo serão avaliados os fatos e circunstâncias da infração, tendo como fundamento, dentre outros, o edital da licitação e a manifestação do pregoeiro.

12.12. Colhidos os elementos elencados no item 11.1, o LICITANTE será notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar defesa e especificar as provas que pretenda produzir.

12.13. Será indeferida, mediante decisão fundamentada, a produção de prova ilícita, impertinente, desnecessária, protelatória ou intempestiva.

12.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de provas ou juntada de novos elementos probatórios, o licitante será intimado para apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

12.15. Encerrada a instrução, o servidor ou comissão elaborará Relatório Conclusivo, na forma do art. 23 do Decreto Estadual nº 3.813, de 1º de abril de 2024, o qual será remetido à autoridade competente para julgamento.

12.16. Na hipótese em que o julgamento determinar a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis, contados a partir da ciência da decisão pelo apenado.

12.17. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso à autoridade superior.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

12.18. Caso as sanções de multa e impedimento de licitar e contratar tenham sido aplicadas pelo titular do respectivo órgão ou entidade, caberá apenas pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da ciência da decisão pelo apenado, conforme art. 25, §3º, do Decreto Estadual nº 3.813, de 1º de abril de 2024.

12.19. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá apenas pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contados a partir da ciência da decisão pelo apenado.

12.20. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.21. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.22. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.23. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos.

13.12. ANEXO I - Termo de Referência

13.13. ANEXO II – Modelo de Proposta

13.14. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Belém (PA), 12 de fevereiro de 2026.

ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária de Estado de Articulação da Cidadania



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de gêneros alimentícios de consumo comum, compreendendo os seguintes itens: café em pó, açúcar refinado, leite em pó integral, biscoito salgado tipo cream cracker, biscoito doce tipo maisena, biscoito doce tipo Maria, biscoito doce recheado e biscoito tipo wafer. A aquisição destina-se a suprir as necessidades internas das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania – SEAC e das Usinas da Paz, distribuídas em diversas Regiões de Integração do Estado do Pará, com vistas a atender o consumo regular de servidores, colaboradores e equipes técnicas que atuam no suporte às atividades operacionais das unidades, incluindo copa e áreas administrativas.

Item	Descrição	Und.	Valor Unit.	Valor mensal estimado	Qtd. Anual	Valor anual estimado
LOTE I – REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM Ananindeua, Benguí, Cabanagem, Guamá, Jurunas, Terra-Firme, Benevides, Marituba, Belém - Icoaraci e Santa Izabel do Pará						
1	CAFÉ EM PÓ , torrado e moído, embalado à vácuo, com 250 g, do tipo superior, 1ª linha embalagem tipo alto vácuo ou vácuo puro, pacote com 250 G. Especificações: Pureza comprovada através de Certificado de Autorização ao uso do selo de pureza ABIC, comprovado no site da ABIC. A qualidade deve ser comprovada pelo Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza; Normas técnicas em conformidade com a Resolução RDC	300	25,33	7.599,00	3.600	91.188,00

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffb376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página25 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	277/2005 ANVISA. Empacotado a vácuo em embalagens de alumínio prensadas, tipo tijolinho. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
2	LEITE EM PÓ INTEGRAL. Especificações: procedência nacional, com valor energético mínimo 400 kcal para 100 gramas do produto. A embalagem deverá informar as vitaminas que integram o leite, rendimento mínimo 6 e máximo de 8 litros para 1 kg do produto, embalado em pacote aluminado de 200 gramas. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada com prazo de validade do produto e selo SIF ou SIE, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária apropriada. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	500	10,79	5.395,00	6.000	64.740,00
3	AÇÚCAR REFINADO PACOTE COM 1 KG. Especificações: Embalagem primária com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, atóxica e apropriada, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária plástica, transparente e atóxica, em fardos com capacidade de 30 kg. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	300	5,72	1.716,00	3.600	20.592,00
4	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACK , embalado em pacote de 400 gramas. Especificações: contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária	400	6,34	2.536,00	4.800	30.432,00

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 26 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
5	BISCOITO DOCE, TIPO MARIA , embalado em pacote de 400 gramas. Especificações: contendo açúcar, amido de milho, farinha de trigo, fermento químico e sal. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	400	7,13	2.852,00	4.800	34.224,00
6	BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA , pacote de 400 gramas. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	500	6,41	3.205,00	6.000	38.460,00
7	BISCOITO DOCE, TIPO WAFER , pacote com 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	1.000	3,08	3.080,00	12.000	36.960,00
8	BISCOITO DOCE RECHEADO , pacote c/ 140g. Especificações: Embalagem primária	1.000	3,12	3.120,00	12.000	37.440,00

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 27 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
VALOR MENSAL ESTIMADO PARA O LOTE I: R\$ R\$ 29.503,00						
VALOR ANUAL ESTIMADO PARA O LOTE I: R\$ 354.036,00						
LOTE II – REGIÃO DE INTEGRAÇÃO – BAIXO AMAZONAS Óbidos e Santarém						
9	CAFÉ EM PÓ , torrado e moído, embalado à vácuo, com 250 g, do tipo superior, 1ª linha embalagem tipo alto vácuo ou vácuo puro, pacote com 250 G. Especificações: Pureza comprovada através de Certificado de Autorização ao uso do selo de pureza ABIC, comprovado no site da ABIC. A qualidade deve ser comprovada pelo Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza; Normas técnicas em conformidade com a Resolução RDC 277/2005 ANVISA. Empacotado a vácuo em embalagens de alumínio prensadas, tipo tijolinho. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	60	25,33	1.519,80	720	18.237,60
10	LEITE EM PÓ INTEGRAL. Especificações: procedência nacional, com valor energético mínimo 400 kcal para 100 gramas do produto. A embalagem deverá informar as vitaminas que integram o leite,	100	10,79	1.079,00	1.200	12.948,00

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página28 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	rendimento mínimo 6 e máximo de 8 litros para 1 kg do produto, embalado em pacote aluminado de 200 gramas. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada com prazo de validade do produto e selo SIF ou SIE, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária apropriada. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
11	AÇÚCAR REFINADO PACOTE COM 1 KG. Especificações: Embalagem primária com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, atóxica e apropriada, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária plástica, transparente e atóxica, em fardos com capacidade de 30 kg. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	60	5,72	343,20	720	4.118,40
12	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACK , embalado em pacote de 400 gramas. Especificações: contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	80	6,34	507,20	960	6.086,40
13	BISCOITO DOCE, TIPO MARIA , embalado em pacote de 400 gramas. Especificações: contendo açúcar, amido de milho, farinha de trigo, fermento químico e sal. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto,	80	7,13	570,40	960	6.844,80

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 29 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
14	BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA , pacote de 400 gramas. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	100	6,41	641,00	1.200	7.692,00
15	BISCOITO DOCE, TIPO WAFER , pacote com 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	200	3,08	616,00	2.400	7.392,00
16	BISCOITO DOCE RECHEADO , pacote c/ 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	200	3,12	624,00	2.400	7.488,00
VALOR MENSAL ESTIMADO PARA O LOTE II: R\$ 5.900,60						
VALOR ANUAL ESTIMADO PARA O LOTE II: R\$ 70.807,20						

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página30 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

LOTE III – REGIÃO DE INTEGRAÇÃO – TOCANTINS Abaetetuba, Cametá, Moju, Igarapé-Miri e Barcarena						
17	<p>CAFÉ EM PÓ, torrado e moído, embalado à vácuo, com 250 g, do tipo superior, 1ª linha embalagem tipo alto vácuo ou vácuo puro, pacote com 250 G.</p> <p>Especificações: Pureza comprovada através de Certificado de Autorização ao uso do selo de pureza ABIC, comprovado no site da ABIC. A qualidade deve ser comprovada pelo Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza; Normas técnicas em conformidade com a Resolução RDC 277/2005 ANVISA. Empacotado a vácuo em embalagens de alumínio prensadas, tipo tijolinho.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	150	25,33	3.799,50	1.800	45.594,00
18	<p>LEITE EM PÓ INTEGRAL.</p> <p>Especificações: procedência nacional, com valor energético mínimo 400 kcal para 100 gramas do produto. A embalagem deverá informar as vitaminas que integram o leite, rendimento mínimo 6 e máximo de 8 litros para 1 kg do produto, embalado em pacote aluminado de 200 gramas. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada com prazo de validade do produto e selo SIF ou SIE, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária apropriada.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	250	10,79	2.697,50	3.000	32.370,00
19	<p>AÇÚCAR REFINADO PACOTE COM 1 KG.</p>	150	5,72	858,00	1.800	10.296,00

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 31 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	<p>Especificações: Embalagem primária com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, atóxica e apropriada, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária plástica, transparente e atóxica, em fardos com capacidade de 30 kg.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>					
20	<p>BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACK, embalado em pacote de 400 gramas.</p> <p>Especificações: contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	200	6,34	1.268,00	2.400	15.216,00
21	<p>BISCOITO DOCE, TIPO MARIA, embalado em pacote de 400 gramas.</p> <p>Especificações: contendo açúcar, amido de milho, farinha de trigo, fermento químico e sal. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	200	7,13	1.426,00	2.400	17.112,00
22	<p>BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA, pacote de 400 gramas.</p> <p>Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação</p>	250	6,41	1.602,50	3.000	19.230,00

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 32 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
23	BISCOITO DOCE, TIPO WAFER , pacote com 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	500	3,08	1.540,00	6.000	18.480,00
24	BISCOITO DOCE RECHEADO , pacote c/ 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	500	3,12	1.560,00	6.000	18.720,00
VALOR MENSAL ESTIMADO PARA O LOTE III: R\$ 14.751,50						
VALOR ANUAL ESTIMADO PARA O LOTE III: R\$ 177.018,00						
LOTE IV – REGIÃO DE INTEGRAÇÃO – RIO CAPIM Paragominas, Tomé-Açu e Dom Eliseu						
25	CAFÉ EM PÓ , torrado e moído, embalado à vácuo, com 250 g, do tipo superior, 1ª linha embalagem tipo alto vácuo ou vácuo puro, pacote com 250 G. Especificações: Pureza comprovada através de Certificado de Autorização ao uso do selo de pureza ABIC, comprovado no site da ABIC. A qualidade deve ser comprovada pelo Certificado no PQC -	90	25,33	2.279,70	1.080	27.356,40

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 33 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	<p>Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza; Normas técnicas em conformidade com a Resolução RDC 277/2005 ANVISA. Empacotado a vácuo em embalagens de alumínio prensadas, tipo tijolinho.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>					
26	<p>LEITE EM PÓ INTEGRAL.</p> <p>Especificações: procedência nacional, com valor energético mínimo 400 kcal para 100 gramas do produto. A embalagem deverá informar as vitaminas que integram o leite, rendimento mínimo 6 e máximo de 8 litros para 1 kg do produto, embalado em pacote aluminado de 200 gramas. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada com prazo de validade do produto e selo SIF ou SIE, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária apropriada.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	150	10,79	1.618,50	1.800	19.422,00
27	<p>AÇÚCAR REFINADO PACOTE COM 1 KG.</p> <p>Especificações: Embalagem primária com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, atóxica e apropriada, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária plástica, transparente e atóxica, em fardos com capacidade de 30 kg.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	90	5,72	514,80	1.080	6.177,60

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página34 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

28	<p>BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACK, embalado em pacote de 400 gramas.</p> <p>Especificações: contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	120	6,34	760,80	1.440	9.129,60
29	<p>BISCOITO DOCE, TIPO MARIA, embalado em pacote de 400 gramas.</p> <p>Especificações: contendo açúcar, amido de milho, farinha de trigo, fermento químico e sal. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	120	7,13	855,60	1.440	10.267,20
30	<p>BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA, pacote de 400 gramas.</p> <p>Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	150	6,41	961,50	1.800	11.538,00
31	<p>BISCOITO DOCE, TIPO WAFER, pacote com 140g.</p> <p>Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto,</p>	300	3,08	924,00	3.600	11.088,00

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 35 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
32	BISCOITO DOCE RECHEADO , pacote c/ 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	300	3,12	936,00	3.600	11.232,00
VALOR MENSAL ESTIMADO PARA O LOTE IV: R\$ 8.850,90						
VALOR ANUAL ESTIMADO PARA O LOTE IV: R\$ 106.210,80						
LOTE V – REGIÃO DE INTEGRAÇÃO – ARAGUAIA São Félix do Xingu e Redenção						
33	CAFÉ EM PÓ , torrado e moído, embalado à vácuo, com 250 g, do tipo superior, 1ª linha embalagem tipo alto vácuo ou vácuo puro, pacote com 250 G. Especificações: Pureza comprovada através de Certificado de Autorização ao uso do selo de pureza ABIC, comprovado no site da ABIC. A qualidade deve ser comprovada pelo Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza; Normas técnicas em conformidade com a Resolução RDC 277/2005 ANVISA. Empacotado a vácuo em embalagens de alumínio prensadas,	60	25,33	1.519,80	720	18.237,60

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página36 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	tipo tijolinho. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
34	LEITE EM PÓ INTEGRAL. Especificações: procedência nacional, com valor energético mínimo 400 kcal para 100 gramas do produto. A embalagem deverá informar as vitaminas que integram o leite, rendimento mínimo 6 e máximo de 8 litros para 1 kg do produto, embalado em pacote aluminado de 200 gramas. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada com prazo de validade do produto e selo SIF ou SIE, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária apropriada. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	100	10,79	1.079,00	1.200	12.948,00
35	AÇÚCAR REFINADO PACOTE COM 1 KG. Especificações: Embalagem primária com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, atóxica e apropriada, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária plástica, transparente e atóxica, em fardos com capacidade de 30 kg. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	60	5,72	343,20	720	4.118,40
36	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACK , embalado em pacote de 400 gramas. Especificações: contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado.	80	6,34	507,20	960	6.086,40

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 37 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
37	BISCOITO DOCE, TIPO MARIA , embalado em pacote de 400 gramas. Especificações: contendo açúcar, amido de milho, farinha de trigo, fermento químico e sal. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	80	7,13	570,40	960	6.844,80
38	BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA , pacote de 400 gramas. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	100	6,41	641,00	1.200	7.692,00
39	BISCOITO DOCE, TIPO WAFER , pacote com 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	200	3,08	616,00	2.400	7.392,00
40	BISCOITO DOCE RECHEADO , pacote c/ 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto,	200	3,12	624,00	2.400	7.488,00

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 38 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
VALOR MENSAL ESTIMADO PARA O LOTE V: R\$ 5.900,60						
VALOR ANUAL ESTIMADO PARA O LOTE V: R\$ 70.807,20						
LOTE VI – REGIÃO DE INTEGRAÇÃO – RIO CAETÉ Capanema, Bragança, Viseu e Salinópolis						
41	CAFÉ EM PÓ , torrado e moído, embalado à vácuo, com 250 g, do tipo superior, 1ª linha embalagem tipo alto vácuo ou vácuo puro, pacote com 250 G. Especificações: Pureza comprovada através de Certificado de Autorização ao uso do selo de pureza ABIC, comprovado no site da ABIC. A qualidade deve ser comprovada pelo Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza; Normas técnicas em conformidade com a Resolução RDC 277/2005 ANVISA. Empacotado a vácuo em embalagens de alumínio prensadas, tipo tijolinho. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	120	25,33	3.039,60	1.440	36.475,20
42	LEITE EM PÓ INTEGRAL. Especificações: procedência nacional, com valor energético mínimo 400 kcal para 100 gramas do produto. A embalagem deverá informar as vitaminas que integram o leite, rendimento mínimo 6 e máximo de 8 litros para 1 kg do produto, embalado em pacote	200	10,79	2.158,00	2.400	25.896,00

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 39 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	aluminado de 200 gramas. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada com prazo de validade do produto e selo SIF ou SIE, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária apropriada. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
43	AÇÚCAR REFINADO PACOTE COM 1 KG. Especificações: Embalagem primária com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, atóxica e apropriada, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária plástica, transparente e atóxica, em fardos com capacidade de 30 kg. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	120	5,72	686,40	1.440	8.236,80
44	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACK , embalado em pacote de 400 gramas. Especificações: contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	160	6,34	1.014,40	1.920	12.172,80
45	BISCOITO DOCE, TIPO MARIA , embalado em pacote de 400 gramas. Especificações: contendo açúcar, amido de milho, farinha de trigo, fermento químico e sal. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em	160	7,13	1.140,80	1.920	13.689,60

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 40 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
46	BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA , pacote de 400 gramas. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	200	6,41	1.282,00	2.400	15.384,00
47	BISCOITO DOCE, TIPO WAFER , pacote com 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	400	3,08	1.232,00	4.800	14.784,00
48	BISCOITO DOCE RECHEADO , pacote c/ 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	400	3,12	1.248,00	4.800	14.976,00
VALOR MENSAL ESTIMADO PARA O LOTE VI: R\$ 11.801,20						
VALOR ANUAL ESTIMADO PARA O LOTE VI: R\$ 141.614,40						
LOTE VII – REGIÃO DE INTEGRAÇÃO – SÃO MIGUEL DO GUAMÁ						

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 41 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

Castanhal e São Miguel do Guamá						
49	<p>CAFÉ EM PÓ, torrado e moído, embalado à vácuo, com 250 g, do tipo superior, 1ª linha embalagem tipo alto vácuo ou vácuo puro, pacote com 250 G.</p> <p>Especificações: Pureza comprovada através de Certificado de Autorização ao uso do selo de pureza ABIC, comprovado no site da ABIC. A qualidade deve ser comprovada pelo Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza; Normas técnicas em conformidade com a Resolução RDC 277/2005 ANVISA. Empacotado a vácuo em embalagens de alumínio prensadas, tipo tijolinho.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	60	25,33	1.519,80	720	18.237,60
50	<p>LEITE EM PÓ INTEGRAL.</p> <p>Especificações: procedência nacional, com valor energético mínimo 400 kcal para 100 gramas do produto. A embalagem deverá informar as vitaminas que integram o leite, rendimento mínimo 6 e máximo de 8 litros para 1 kg do produto, embalado em pacote aluminado de 200 gramas. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada com prazo de validade do produto e selo SIF ou SIE, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária apropriada.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	100	10,79	1.079,00	1.200	12.948,00
51	<p>AÇÚCAR REFINADO PACOTE COM 1 KG.</p>	60	5,72	343,20	720	4.118,40

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 42 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	<p>Especificações: Embalagem primária com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, atóxica e apropriada, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária plástica, transparente e atóxica, em fardos com capacidade de 30 kg.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>					
52	<p>BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACK, embalado em pacote de 400 gramas.</p> <p>Especificações: contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	80	6,34	507,20	960	6.086,40
53	<p>BISCOITO DOCE, TIPO MARIA, embalado em pacote de 400 gramas.</p> <p>Especificações: contendo açúcar, amido de milho, farinha de trigo, fermento químico e sal. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	80	7,13	570,40	960	6.844,80
54	<p>BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA, pacote de 400 gramas.</p> <p>Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação</p>	100	6,41	641,00	1.200	7.692,00

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 43 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
55	BISCOITO DOCE, TIPO WAFER , pacote com 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	200	3,08	616,00	2.400	7.392,00
56	BISCOITO DOCE RECHEADO , pacote c/ 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	200	3,12	624,00	2.400	7.488,00
VALOR MENSAL ESTIMADO PARA O LOTE VII: R\$ 5.900,60						
VALOR ANUAL ESTIMADO PARA O LOTE VII: R\$ 70.807,20						
LOTE VIII – REGIÃO DE INTEGRAÇÃO – TAPAJÓS Itaituba						
57	CAFÉ EM PÓ , torrado e moído, embalado à vácuo, com 250 g, do tipo superior, 1ª linha embalagem tipo alto vácuo ou vácuo puro, pacote com 250 G. Especificações: Pureza comprovada através de Certificado de Autorização ao uso do selo de pureza ABIC, comprovado no site da ABIC. A qualidade deve ser comprovada pelo Certificado no PQC –	30	25,33	759,90	360	9.118,80

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 44 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	<p>Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza; Normas técnicas em conformidade com a Resolução RDC 277/2005 ANVISA. Empacotado a vácuo em embalagens de alumínio prensadas, tipo tijolinho.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>					
58	<p>LEITE EM PÓ INTEGRAL.</p> <p>Especificações: procedência nacional, com valor energético mínimo 400 kcal para 100 gramas do produto. A embalagem deverá informar as vitaminas que integram o leite, rendimento mínimo 6 e máximo de 8 litros para 1 kg do produto, embalado em pacote aluminado de 200 gramas. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada com prazo de validade do produto e selo SIF ou SIE, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária apropriada.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	50	10,79	539,50	600	6.474,00
59	<p>AÇÚCAR REFINADO PACOTE COM 1 KG.</p> <p>Especificações: Embalagem primária com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, atóxica e apropriada, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária plástica, transparente e atóxica, em fardos com capacidade de 30 kg.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	30	5,72	171,60	360	2.059,20

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 45 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

60	<p>BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACK, embalado em pacote de 400 gramas.</p> <p>Especificações: contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	40	6,34	253,60	480	3.043,20
61	<p>BISCOITO DOCE, TIPO MARIA, embalado em pacote de 400 gramas.</p> <p>Especificações: contendo açúcar, amido de milho, farinha de trigo, fermento químico e sal. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	40	7,13	285,20	480	3.422,40
62	<p>BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA, pacote de 400 gramas.</p> <p>Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	50	6,41	320,50	600	3.846,00
63	<p>BISCOITO DOCE, TIPO WAFER, pacote com 140g.</p> <p>Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto,</p>	100	3,08	308,00	1.200	3.696,00

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 46 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
64	BISCOITO DOCE RECHEADO , pacote c/ 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	100	3,12	312,00	1.200	3.744,00
VALOR MENSAL ESTIMADO PARA O LOTE VIII: R\$ 2.950,30						
VALOR ANUAL ESTIMADO PARA O LOTE VIII: R\$ 35.403,60						
LOTE IX – REGIÃO DE INTEGRAÇÃO – CARAJÁS Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas						
65	CAFÉ EM PÓ , torrado e moído, embalado à vácuo, com 250 g, do tipo superior, 1ª linha embalagem tipo alto vácuo ou vácuo puro, pacote com 250 G. Especificações: Pureza comprovada através de Certificado de Autorização ao uso do selo de pureza ABIC, comprovado no site da ABIC. A qualidade deve ser comprovada pelo Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza; Normas técnicas em conformidade com a Resolução RDC 277/2005 ANVISA. Empacotado a vácuo em embalagens de alumínio prensadas,	90	25,33	2.279,70	1.080	27.356,40

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página47 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	tipo tijolinho. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
66	LEITE EM PÓ INTEGRAL. Especificações: procedência nacional, com valor energético mínimo 400 kcal para 100 gramas do produto. A embalagem deverá informar as vitaminas que integram o leite, rendimento mínimo 6 e máximo de 8 litros para 1 kg do produto, embalado em pacote aluminado de 200 gramas. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada com prazo de validade do produto e selo SIF ou SIE, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária apropriada. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	150	10,79	1.618,50	1.800	19.422,00
67	AÇÚCAR REFINADO PACOTE COM 1 KG. Especificações: Embalagem primária com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, atóxica e apropriada, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária plástica, transparente e atóxica, em fardos com capacidade de 30 kg. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	90	5,72	514,80	1.080	6.177,60
68	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACK , embalado em pacote de 400 gramas. Especificações: contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado.	120	6,34	760,80	1.440	9.129,60

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 48 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
69	BISCOITO DOCE, TIPO MARIA , embalado em pacote de 400 gramas. Especificações: contendo açúcar, amido de milho, farinha de trigo, fermento químico e sal. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	120	7,13	855,60	1.440	10.267,20
70	BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA , pacote de 400 gramas. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	150	6,41	961,50	1.800	11.538,00
71	BISCOITO DOCE, TIPO WAFER , pacote com 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	300	3,08	924,00	3.600	11.088,00
72	BISCOITO DOCE RECHEADO , pacote c/ 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto,	300	3,12	936,00	3.600	11.232,00

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 49 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
VALOR MENSAL ESTIMADO PARA O LOTE IX: R\$ 8.850,90						
VALOR ANUAL ESTIMADO PARA O LOTE IX: R\$ 106.210,80						
LOTE X – REGIÃO DE INTEGRAÇÃO – MARAJÓ Portel e Breves						
73	CAFÉ EM PÓ , torrado e moído, embalado à vácuo, com 250 g, do tipo superior, 1ª linha embalagem tipo alto vácuo ou vácuo puro, pacote com 250 G. Especificações: Pureza comprovada através de Certificado de Autorização ao uso do selo de pureza ABIC, comprovado no site da ABIC. A qualidade deve ser comprovada pelo Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza; Normas técnicas em conformidade com a Resolução RDC 277/2005 ANVISA. Empacotado a vácuo em embalagens de alumínio prensadas, tipo tijolinho. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	60	25,33	1.519,80	720	18.237,60
74	LEITE EM PÓ INTEGRAL. Especificações: procedência nacional, com valor energético mínimo 400 kcal para 100 gramas do produto. A embalagem deverá informar as vitaminas que integram o leite, rendimento mínimo 6 e máximo de 8 litros para 1 kg do produto, embalado em pacote	100	10,79	1.079,00	1.200	12.948,00

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página50 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	aluminado de 200 gramas. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada com prazo de validade do produto e selo SIF ou SIE, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária apropriada. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
75	AÇÚCAR REFINADO PACOTE COM 1 KG. Especificações: Embalagem primária com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, atóxica e apropriada, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária plástica, transparente e atóxica, em fardos com capacidade de 30 kg. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	60	5,72	343,20	720	4.118,40
76	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACK , embalado em pacote de 400 gramas. Especificações: contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	80	6,34	507,20	960	6.086,40
77	BISCOITO DOCE, TIPO MARIA , embalado em pacote de 400 gramas. Especificações: contendo açúcar, amido de milho, farinha de trigo, fermento químico e sal. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em	80	7,13	570,40	960	6.844,80

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 51 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
78	BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA , pacote de 400 gramas. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	100	6,41	641,00	1.200	7.692,00
79	BISCOITO DOCE, TIPO WAFER , pacote com 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	200	3,08	616,00	2.400	7.392,00
80	BISCOITO DOCE RECHEADO , pacote c/ 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	200	3,12	624,00	2.400	7.488,00
VALOR MENSAL ESTIMADO PARA O LOTE X: R\$ 5.900,60						
VALOR ANUAL ESTIMADO PARA O LOTE X: R\$ 70.807,20						
LOTE XI – REGIÃO DE INTEGRAÇÃO – LAGO TUCURUÍ						

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 52 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

Tucuruí						
81	<p>CAFÉ EM PÓ, torrado e moído, embalado à vácuo, com 250 g, do tipo superior, 1ª linha embalagem tipo alto vácuo ou vácuo puro, pacote com 250 G.</p> <p>Especificações: Pureza comprovada através de Certificado de Autorização ao uso do selo de pureza ABIC, comprovado no site da ABIC. A qualidade deve ser comprovada pelo Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza; Normas técnicas em conformidade com a Resolução RDC 277/2005 ANVISA. Empacotado a vácuo em embalagens de alumínio prensadas, tipo tijolinho.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	30	25,33	759,90	360	9.118,80
82	<p>LEITE EM PÓ INTEGRAL.</p> <p>Especificações: procedência nacional, com valor energético mínimo 400 kcal para 100 gramas do produto. A embalagem deverá informar as vitaminas que integram o leite, rendimento mínimo 6 e máximo de 8 litros para 1 kg do produto, embalado em pacote aluminado de 200 gramas. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada com prazo de validade do produto e selo SIF ou SIE, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária apropriada.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	50	10,79	539,50	600	6.474,00
83	AÇÚCAR REFINADO PACOTE COM 1 KG.	30	5,72	171,60	360	2.059,20

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 53 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	<p>Especificações: Embalagem primária com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, atóxica e apropriada, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária plástica, transparente e atóxica, em fardos com capacidade de 30 kg.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>					
84	<p>BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACK, embalado em pacote de 400 gramas.</p> <p>Especificações: contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	40	6,34	253,60	480	3.043,20
85	<p>BISCOITO DOCE, TIPO MARIA, embalado em pacote de 400 gramas.</p> <p>Especificações: contendo açúcar, amido de milho, farinha de trigo, fermento químico e sal. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	40	7,13	285,20	480	3.422,40
86	<p>BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA, pacote de 400 gramas.</p> <p>Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação</p>	50	6,41	320,50	600	3.846,00

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 54 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
87	BISCOITO DOCE, TIPO WAFER , pacote com 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	100	3,08	308,00	1.200	3.696,00
88	BISCOITO DOCE RECHEADO , pacote c/ 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	100	3,12	312,00	1.200	3.744,00
VALOR MENSAL ESTIMADO PARA O LOTE XI: R\$ 2.950,30						
VALOR ANUAL ESTIMADO PARA O LOTE XI: R\$ 35.403,60						
LOTE XII – REGIÃO DE INTEGRAÇÃO – XINGU Altamira						
89	CAFÉ EM PÓ , torrado e moído, embalado à vácuo, com 250 g, do tipo superior, 1ª linha embalagem tipo alto vácuo ou vácuo puro, pacote com 250 G. Especificações: Pureza comprovada através de Certificado de Autorização ao uso do selo de pureza ABIC, comprovado no site da ABIC. A qualidade deve ser comprovada pelo Certificado no PQC -	30	25,33	759,90	360	9.118,80

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 55 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	<p>Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza; Normas técnicas em conformidade com a Resolução RDC 277/2005 ANVISA. Empacotado a vácuo em embalagens de alumínio prensadas, tipo tijolinho.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>					
90	<p>LEITE EM PÓ INTEGRAL.</p> <p>Especificações: procedência nacional, com valor energético mínimo 400 kcal para 100 gramas do produto. A embalagem deverá informar as vitaminas que integram o leite, rendimento mínimo 6 e máximo de 8 litros para 1 kg do produto, embalado em pacote aluminado de 200 gramas. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada com prazo de validade do produto e selo SIF ou SIE, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária apropriada.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	50	10,79	539,50	600	6.474,00
91	<p>AÇÚCAR REFINADO PACOTE COM 1 KG.</p> <p>Especificações: Embalagem primária com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, atóxica e apropriada, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária plástica, transparente e atóxica, em fardos com capacidade de 30 kg.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	30	5,72	171,60	360	2.059,20

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 56 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

92	<p>BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACK, embalado em pacote de 400 gramas.</p> <p>Especificações: contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada, prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	40	6,34	253,60	480	3.043,20
93	<p>BISCOITO DOCE, TIPO MARIA, embalado em pacote de 400 gramas.</p> <p>Especificações: contendo açúcar, amido de milho, farinha de trigo, fermento químico e sal. Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	40	7,13	285,20	480	3.422,40
94	<p>BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA, pacote de 400 gramas.</p> <p>Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado.</p> <p>Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).</p>	50	6,41	320,50	600	3.846,00
95	<p>BISCOITO DOCE, TIPO WAFER, pacote com 140g.</p> <p>Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto,</p>	100	3,08	308,00	1.200	3.696,00

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página 57 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

	em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).					
96	BISCOITO DOCE RECHEADO , pacote c/ 140g. Especificações: Embalagem primária atóxica e apropriada, com rotulagem adequada e prazo de validade do produto, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem secundária em papelão apropriado. Validade mínima: 12 (doze) meses no ato da entrega (gravado em cada embalagem).	100	3,12	312,00	1.200	3.744,00
VALOR MENSAL ESTIMADO PARA O LOTE XII: R\$ 2.950,30						
VALOR ANUAL ESTIMADO PARA O LOTE XII: R\$ 35.403,60						
VALOR MENSAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO: R\$ 106.210,80						
VALOR ANUAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO: R\$ 1.274.529,60						

1.2. O objeto desta contratação é considerado comum de natureza continuada, com entrega parcelada, cuja necessidade se dará de forma contínua ao longo do exercício, a fim de atender as demandas ordinárias das unidades da Usina da Paz sob gestão da SEAC.

1.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que atendidas as condições estabelecidas no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Da escolha por divisão em lotes:

Considerando a natureza do objeto contratado — gêneros alimentícios de consumo rotineiro — e a diversidade de itens com especificidades distintas, a divisão da licitação por lotes visa possibilitar maior competitividade, ampliar a participação de fornecedores e permitir contratações mais vantajosas para a Administração Pública. Essa estratégia também facilita a adequação logística e operacional de entrega dos itens às diversas unidades da SEAC e das Usinas da Paz, distribuídas em diferentes regiões de integração do Estado do Pará.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

A concentração em lote único poderia, por outro lado, restringir sobremaneira a competitividade do certame, favorecendo apenas grandes empresas com estrutura logística ampla e capacidade de fornecimento em larga escala e em todo o território paraense. Esse modelo excluiria potenciais fornecedores locais, economicamente menos robustos, mas tecnicamente capacitados para suprir demandas regionais de forma eficiente e econômica. Além disso, a logística de entrega em lote único geraria altos custos com frete e armazenamento, majorando os valores finais dos produtos e tornando o processo menos vantajoso para a Administração.

O Estado do Pará possui grandes proporções territoriais, sendo o segundo maior do Brasil em extensão, com inúmeros municípios localizados em regiões de difícil acesso ou com limitações logísticas relevantes. As Usinas da Paz, equipamentos públicos vinculados ao Programa Territórios pela Paz (TerPaz), estão distribuídas entre as doze Regiões de Integração e suas unidades operam com infraestrutura padronizada, porém em contextos territoriais, sociais e econômicos bastante distintos. Diante dessa realidade, a divisão em lotes permite que cada região possa ser contemplada conforme sua capacidade logística, facilitando o planejamento de entregas, a fiscalização do contrato e a reposição contínua dos itens, sempre que necessário

Dessa forma, a adoção de um modelo de contratação fracionado por lotes se mostra não apenas tecnicamente justificável, mas também aderente aos princípios da eficiência, economicidade e isonomia previstos na Lei nº 14.133/2021, proporcionando maior transparência, justiça concorrencial e eficácia na execução contratual.

2. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação tem por finalidade garantir o fornecimento contínuo e adequado de gêneros alimentícios de consumo rotineiro, como café, leite, açúcar e biscoitos variados, destinados ao uso interno das Usinas da Paz e da Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (SEAC), órgão responsável por coordenar políticas públicas voltadas à promoção da cidadania, inclusão e redução da vulnerabilidade social no Estado do Pará.

As Usinas da Paz (UsiPaz) são complexos multifuncionais e intersetoriais, instalados em territórios socialmente vulneráveis, que oferecem serviços gratuitos nas áreas da saúde, educação, cultura, esporte, qualificação profissional e cidadania. Essas unidades funcionam como centros integradores das políticas públicas do Estado e possuem funcionamento diário com jornada estendida, das 08h às 22h, exigindo infraestrutura de apoio constante aos profissionais que atuam nesses espaços.

A atuação cotidiana dos servidores, técnicos, monitores e agentes administrativos dessas unidades demanda suporte estrutural para o desempenho eficiente de suas funções. A

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

disponibilização de itens de consumo como café, leite, biscoitos e açúcar visa atender às necessidades básicas das áreas administrativas, salas de reuniões, setores técnicos, espaços de atendimento ao público e copas internas, promovendo condições dignas de trabalho, conforto e acolhimento aos profissionais envolvidos nas rotinas das Usinas.

A necessidade da contratação também se justifica pela extensa capilaridade das Usinas da Paz, que estão implantadas ou em fase de implantação em diversas Regiões de Integração do Estado do Pará. Essa distribuição geográfica torna imprescindível a adoção de planejamento logístico adequado e o abastecimento constante das unidades, o que reforça a importância de um contrato estruturado, estável e capaz de atender, com eficiência, todas as localidades contempladas.

Importa ressaltar que o contrato anteriormente responsável por esse fornecimento já teve sua vigência expirada, não havendo possibilidade de prorrogação, o que agrava a urgência da nova contratação. A ausência desses materiais compromete diretamente o cotidiano das equipes de trabalho, afetando o funcionamento dos serviços e, conseqüentemente, a efetividade das políticas públicas prestadas à população paraense.

Assim, a contratação ora proposta é essencial à manutenção das atividades institucionais da SEAC e das Usinas da Paz, conferindo suporte básico à operação interna das unidades, ao desempenho eficiente dos servidores e à adequada prestação de serviços públicos nas áreas mais sensíveis do Estado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

Considerando a natureza continuada do fornecimento e a necessidade de atender, de forma simultânea, as diversas unidades da Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC), especialmente as Usinas da Paz espalhadas por múltiplas Regiões de Integração do Estado do Pará, realizou-se estudo técnico específico para identificar a solução mais eficiente, econômica e juridicamente adequada para viabilizar a contratação pretendida.

Diversas alternativas foram analisadas durante a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, entre elas: aquisição por dispensa de licitação (Solução 1), adesão a atas de registro de preços vigentes (Solução 2), contratação por meio de novo registro de preços (Solução 3) e licitação na modalidade pregão eletrônico (Solução 4). Cada uma das opções foi avaliada quanto à sua viabilidade técnica, legal e operacional, considerando aspectos como abrangência territorial, regularidade no fornecimento, compatibilidade logística, segurança jurídica e economicidade.

A solução eleita — realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, estruturado por meio de lotes regionais — foi considerada a mais eficaz para atender a complexidade logística e a capilaridade da demanda, garantindo ampla competitividade e maior aderência à realidade territorial



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

do Estado do Pará. Essa escolha permite que diferentes fornecedores, inclusive locais, disputem por lotes correspondentes às suas regiões de atuação, assegurando maior eficiência logística e mitigando riscos de inadimplemento contratual por dificuldades de entrega em áreas remotas.

Adicionalmente, a modalidade de Pregão Eletrônico é atualmente consolidada no âmbito da Administração Pública Estadual como o principal instrumento para a contratação de bens de consumo de natureza similar, conforme demonstrado no ETP por meio do levantamento de contratações recentes promovidas por diversos órgãos estaduais. A adoção dessa modalidade, portanto, se alinha às melhores práticas administrativas vigentes no Estado, garantindo transparência, competitividade, economicidade e aderência ao interesse público.

Dessa forma, a presente licitação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, com a contratação de empresas especializadas no fornecimento de gêneros alimentícios de consumo comum, estruturada por meio de lotes regionais, respeitando as particularidades geográficas e operacionais das unidades descentralizadas da SEAC, especialmente das Usinas da Paz.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Sustentabilidade:

4.1. Embora o fornecimento de gêneros alimentícios não se classifique como atividade de impacto ambiental direto e relevante no âmbito da Administração Pública, é possível e recomendável incorporar critérios de sustentabilidade de forma transversal à execução contratual, como por exemplo

- a)** Realização de pedidos baseados na demanda real das unidades, de forma a evitar o excesso de estoque, o desperdício de recursos públicos e a deterioração precoce dos alimentos;
- b)** Planejamento adequado da frequência de entregas, com vistas a equilibrar a reposição contínua e a integridade dos produtos, minimizando perdas e evitando o vencimento de prazos de validade;
- c)** Adoção de medidas para o descarte adequado dos resíduos alimentares e embalagens, estimulando a separação de materiais recicláveis e o encaminhamento para coleta seletiva, quando disponível;
- d)** Utilização de embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, sempre que possível, evitando o uso desnecessário de materiais plásticos não recicláveis;

Ainda que essas práticas não configurem exigências obrigatórias no instrumento convocatório, a SEAC manterá seu compromisso institucional com a responsabilidade socioambiental, promovendo internamente o uso consciente dos alimentos e de seus insumos, contribuindo para uma política pública mais eficiente, ética e ambientalmente sustentável.

Subcontratação:

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

4.2. A subcontratação fica limitada à contratação de empresa transportadora e/ou responsável pela logística de entrega do objeto, sob total responsabilidade da contratada em caso de qualquer falha, atraso, dano ou outro incidente relacionado à execução do serviço. A Administração Pública não se responsabiliza por quaisquer prejuízos, ônus ou responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas ou tributárias decorrentes da subcontratação, cabendo exclusivamente à contratada a supervisão, controle e resolução de eventuais problemas oriundos dessa prática.

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

Garantia da contratação:

4.4. Devido às características do objeto e do fornecimento, não será exigida a prestação de garantia.

Indicação de marcas ou produto:

4.5. Na presente contratação não será efetuada a indicação de marca, característica ou produto.

Vedação de marca ou produto:

4.6. Na presente contratação não será efetuada a vedação de marca, característica ou produto.

Exigência de amostra:

4.7. Como condição de aceite da proposta, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá ser convocado para apresentação de amostra, conforme conveniência e oportunidade da Administração, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.8. A critério da administração, caso necessário, serão exigidas amostras dos seguintes itens:

- a)** Apresentação de uma unidade de medida a ser contratada (exemplo: 1 pacote, 1 lata, 1 caixa de 1 lts, etc.);
- b)** Embalagens em perfeito estado de conservação, lacradas, íntegras, sem amassados, rasgos ou furos, com rótulo legível e inviolado, atendendo às normas da Anvisa, do INMETRO e demais órgãos competentes;
- c)** Rótulo com data de validade visível e prazo mínimo de validade de 2/3 da vida útil do produto, no momento da entrega da amostra;

4.9. As amostras poderão ser entregues no endereço da Sede da Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania – SEAC, localizada na Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA cep:66.087-810, no prazo limite de três (3) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

- 4.10.** A não apresentação das amostras, ou sua reprovação técnica após análise, poderá ensejar a desclassificação da proposta, nos termos da legislação aplicável.
- 4.11.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 4.12.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.13.** Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de dez (10) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 4.14.** Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Condições de entrega:

- 5.1.** O prazo de entrega dos gêneros alimentícios será de até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da formalização do pedido, expedida pela SEAC, podendo ser fracionado em parcelas conforme a necessidade de atendimento das unidades vinculadas.
- 5.2.** Os alimentos serão, em regra, entregues em dias e horários comerciais, de segunda a sexta, ou excepcionalmente, em dias e horários alternativos, os quais devem ser previamente ajustados com o fornecedor Contratado.
- 5.3.** Caso a entrega não possa ser realizada no prazo previsto, a empresa contratada deverá comunicar formalmente à SEAC, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, informando as razões que impossibilitam o cumprimento do prazo, para que eventuais pleitos de prorrogação sejam analisados. Situações de caso fortuito ou força maior poderão ser consideradas, desde que devidamente justificadas.
- 5.4.** As entregas poderão ocorrer de forma programada e contínua, inclusive em dias úteis consecutivos, respeitando as diretrizes logísticas definidas pela SEAC, visando garantir a adequada organização, recepção e armazenamento dos itens nas unidades destinatárias.
- 5.5.** As datas estipuladas para entrega poderão ser alteradas, a critério da Administração, mediante comunicação formal à contratada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, visando atender eventuais ajustes operacionais ou realocações estratégicas.
- 5.6.** Por ocasião da entrega, a contratada deverá colher assinatura no respectivo comprovante de entrega, com nome completo, número do RG ou outro documento oficial de identificação, cargo e assinatura do servidor público responsável pelo recebimento dos produtos na unidade.
- 5.7.** Caso os gêneros alimentícios sejam fornecidos com base em quantidade aferida por peso, os veículos de transporte deverão estar equipados com balança aferida e certificada pelo INMETRO,



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

para permitir a conferência do peso no ato da entrega, na presença do responsável técnico da unidade recebedora.

5.8. Os produtos deverão ser entregues no(s) endereço(s) especificado(s) na respectiva Ordem de Fornecimento, a depender da unidade requisitante — incluindo, mas não se limitando, às Usinas da Paz localizadas nas Regiões de Integração do Estado, conforme definido previamente pela SEAC.

Transporte:

5.9. Os produtos deverão ser transportados em veículo apropriado, em condições que preservem as características do alimento, sua qualidade quanto às características físico-químicas, microbiológicas e microscópicas. As demais condições relativas ao veículo e ao transporte deverão estar de acordo com a legislações vigentes.

5.10. Se porventura os produtos não estiverem acondicionados em conformidade com o descrito acima, o responsável pelo recebimento no depósito central, poderá recusar o recebimento do produto, e a Contratada deverá refazer a entrega da forma correta em até 05 (cinco) dias úteis após o ocorrido.

5.11. Não é permitido, nas embalagens, emendas e/ou remendos que ocasionem modificação do espaço interno original do produto.

5.12. Não é permitido o reaproveitamento de nenhum tipo de embalagem, que tenha sido utilizada para acondicionamento de qualquer produto de modo geral.

5.13. Nenhum componente da embalagem (matéria prima e acessórios) poderá conter resíduos prejudiciais ao produto acondicionado e/ou à saúde humana.

5.14. Os materiais utilizados nas embalagens devem estar em conformidade com as Normas e Recomendações de Saúde e Higiene e que sejam capazes de proteger os produtos embalados durante o transporte, conforme legislação vigente.

5.15. Os meios de transporte dos gêneros alimentícios devem ser higienizados, sendo dotados de medidas, a fim de garantir a ausência de vetores e pragas urbanas.

5.16. A atividade de carga e descarga não deverá apresentar risco de contaminação e/ou dano do gênero alimentício.

5.17. As entregas dos Gêneros Alimentícios deverão ocorrer por pessoal devidamente uniformizado e identificado.

Do local de entrega:

5.18. A entrega dos bens será realizada de forma regionalizada, conforme a divisão em lotes estabelecida no presente Termo de Referência, tendo como destino final as Usinas da Paz vinculadas à Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC), localizadas nas seguintes Regiões de Integração do Estado do Pará: Baixo Amazonas, Tocantins, Rio Capim, Araguaia, Rio Caeté, Guamá, Tapajós, Carajás, Marajó, Lago Tucuruí, Xingu e Região Metropolitana de Belém.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

5.19. Os endereços exatos de entrega serão informados na Ordem de Fornecimento correspondente a cada demanda, respeitando os quantitativos, prazos e cronograma estabelecidos pela SEAC.

5.20. A contratada deverá garantir que a entrega dos itens seja realizada nos endereços designados, com o devido cuidado no manuseio, no acondicionamento e na preservação da integridade das embalagens, sob pena de recusa do recebimento em caso de não conformidade.

5.21. É de responsabilidade da contratada garantir os meios adequados de transporte e logística para que os produtos sejam entregues nos prazos estipulados, em condições ideais de conservação e armazenamento, atendendo aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

Rótulos das embalagens:

5.22. Os rótulos das embalagens deverão conter impressas de forma clara e indelével principalmente as seguintes informações:

- a) Denominação de venda (nome do produto, identificação e marca);
- b) Identificação da origem (nome ou razão social, CNPJ e endereço do fabricante, país de origem através da expressão “indústria...” “Fabricado em...”, “Produto...”, e, no caso de produto importado, nome ou razão social e endereço do importador).
- c) Data da fabricação;
- d) Data de vencimento ou data de validade;
- e) Identificação do lote;
- f) Lista de ingredientes, inclusive os aditivos;
- g) Informação nutricional;
- h) Peso líquido;
- i) Código de barras do produto;
- j) Condições de conservação e prazo máximo para consumo após a abertura da embalagem primária.

Garantia do produto:

5.23. A garantia do produto consiste em todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

5.24. Não serão aceitos produtos com validade vencida que comprometa a sua utilização ou que possua qualquer irregularidade quanto à qualidade, quantidade, peso, etc.

5.25. Será considerada imprópria e, por conseguinte, recusada, a embalagem defeituosa ou inadequada ou que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração ou que não resista à manipulação, transporte e armazenamento.

5.26. A empresa fornecedora dos produtos será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos porventura entregues com especificação não compatíveis com a especificação do



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

Termo ou que se caracterizem como impróprios para o consumo, nos moldes dos incisos I, II e III do § 6º do art. 18 da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

5.27. Na substituição dos produtos não condizentes com a especificação do termo, a reposição será por outro com especificações iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

5.28. Uma vez notificada, a Contratada realizará a substituição dos bens que apresentarem vício ou sejam considerados impróprios, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do produto das dependências da Administração pelo Contratado. Eventuais prorrogações de prazo de entrega deverão ser solicitadas antes do vencimento do prazo, desde que devidamente justificado e aprovado pela Contratante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A contratada será integralmente responsável por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do contrato, não sendo essa responsabilidade mitigada ou excluída pela fiscalização exercida pelo órgão contratante, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Toda comunicação entre a Administração e a contratada deverá ser formalizada por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, de forma excepcional, o uso de mensagens eletrônicas, conforme previsão do §2º do art. 44 da Instrução Normativa nº 5/2017.

6.4. A Administração poderá, sempre que necessário, convocar representante da empresa contratada para adoção imediata de providências que se fizerem urgentes, conforme estabelece o §3º do art. 44 da Instrução Normativa nº 5/2017.

6.5. Previamente à liberação de qualquer pagamento, deverá ser realizada a consulta à situação da contratada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

6.6. Caso a regularidade fiscal da contratada não esteja comprovada no SICAF, será exigida, para fins de pagamento, a apresentação dos seguintes documentos: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), Certidão de Regularidade junto à Receita Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado.

6.7. A não manutenção das condições de habilitação pela contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.8. A contratante poderá conceder prazo para que a contratada regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

Fiscalização:

6.9. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das condições estabelecidas entre a contratante e a contratada, na forma dos arts. 117, I, da Lei 14.133/2021 c/c o Decreto Estadual nº. 3.813, de 1º de abril de 2024.

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, em consonância ao estabelecido no art. 117 da Lei 14.133/2021.

6.11. Caberá aos fiscais registrar, em documento próprio, todas as ocorrências verificadas durante a execução contratual, adotando as providências necessárias para a correção de falhas ou irregularidades eventualmente constatadas, conforme o §1 do art. 117 da supracitada lei.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que exija deliberação ou providência que ultrapasse sua alçada, conforme dispõe o §2º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta seção não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e fiscais, em conformidade com a legislação em vigor.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

Recebimento:

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente à nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

7.4. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, ou documento equivalente, do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

7.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Eventuais prorrogações de prazo de entrega deverão ser solicitadas antes do vencimento do prazo, desde que devidamente justificado e aprovado pela Contratante.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. A contratada deverá remover, às suas expensas, todo o produto que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento.

7.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação:

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) Prazo de validade;
- b) Data da emissão;
- c) Dados do contrato e do órgão contratante;
- d) Período respectivo de execução do contrato;
- e) Valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, sem prejuízo do prosseguimento da liquidação, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do serviço, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento:

7.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Formas de pagamento:

7.20. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O pagamento pelo fornecimento dos serviços será realizado conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência, após a prestação efetiva do serviço, apreciação, aprovação e consequente aceite pela CONTRATANTE, mediante a apresentação da fatura mensal emitida pela CONTRATADA, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Fatura dos serviços prestados;
- b) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF);
- c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal;
- d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual
- e) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal;
- f) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, de débitos trabalhistas.

7.25. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Estado do Pará (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos.

8. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

Habilitação jurídica:

8.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº.1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.12. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), conforme as seguintes fórmulas:

a) $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$

b) $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$

c) $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$

8.21. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo Balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.22. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.23. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, a demonstração do Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado do LOTE em que concorre.

Qualificação técnica:

8.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.26. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados ou certidões deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Fornecimento de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor total estimado do lote em que concorre.

b) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

c) O(s) Atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) conter, preferencialmente, nome, endereço e telefone do contato do atestador.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

- d) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- e) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- f) A exigência de atestado de capacidade técnica se dá em razão da especificidade do objeto, ou seja, são gêneros alimentícios adquiridos em grandes quantidades a cada requisição, com características de entregas, recebimentos e logísticas próprias, e que necessitam de fornecedores que apresentam capacidade de produção/entrega, de modo a atender a demanda solicitada dentro do prazo acordado e de qualidade adequada, bem como assegurar a continuidade e a regularidade do fornecimento na SEAC e demais Unidades das Usinas da Paz, previstas neste Termo de Referência.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO:

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

Forma de fornecimento:

9.2. O fornecimento do objeto será de forma parcelada, de acordo com a necessidade e demanda solicitada pela SEAC.

10. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Sem que isso limite suas garantias, a contratante terá os seguintes direitos e responsabilidade:

10.1. Receber os produtos em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato;

10.2. Exigir o exato cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;

10.3. Aplicar sanções administrativas nos casos de inadimplemento contratual, nos termos da legislação vigente;

10.4. Acompanhar e fiscalizar o recebimento dos produtos entregues pela CONTRATADA, por meio dos servidores designados formalmente;

10.5. Proporcionar à contratada as condições adequadas para que os produtos sejam recebidos nas unidades solicitantes de forma ordenada e planejada;

10.6. Informar à contratada, com a antecedência possível, qualquer alteração na programação das entregas;

10.7. Efetuar o pagamento conforme previsto no contrato, após o recebimento regular e aceite definitivo dos gêneros alimentícios, desde que devidamente atestadas as Notas Fiscais.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

10.8. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, mantendo registros atualizados e documentados sobre a qualidade do serviço e eventuais intercorrências, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

11. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Sem que isso limite suas garantias, a contratada terá os seguintes direitos e responsabilidade:

11.1. Receber da contratante todas as informações e condições necessárias ao cumprimento do objeto contratado;

11.2. Ter acesso aos locais de entrega previamente indicados pela CONTRATANTE, mediante agendamento e cronograma definidos por esta;

11.3. Fornecer os gêneros alimentícios nas quantidades, prazos e condições especificadas no contrato, observando rigorosamente os padrões de qualidade e validade exigidos;

11.4. Entregar os produtos nas unidades indicadas pela CONTRATANTE, conforme cronograma a ser estabelecido, com embalagens íntegras e dentro das normas da vigilância sanitária;

11.5. Substituir, às suas expensas, quaisquer produtos que apresentem desconformidades, estejam com avarias, fora do prazo de validade ou em desacordo com as especificações do Termo de Referência;

11.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.7. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual;

11.8. Responsabilizar-se integralmente pelos danos que vier a causar à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;

11.9. Informar à contratante, com no mínimo 03 (três) dias úteis de antecedência, qualquer dificuldade que possa comprometer a execução contratual, justificando formalmente a ocorrência;

11.10. Cumprir rigorosamente as normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis ao fornecimento de gêneros alimentícios.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

12.1. O custo total estimado da presente contratação é de R\$ 1.274.529,60 (um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, quinhentos e vinte e nove reais e sessenta reais), valor calculado a partir da projeção de consumo anual das unidades da Usinas da Paz e da sede administrativa da SEAC, conforme detalhamento constante no estudo técnico preliminar.

12.2. A estimativa do valor da presente contratação foi construída com base em dois critérios técnicos fundamentais: a padronização estrutural e operacional das Usinas da Paz e os valores praticados em contrato anterior celebrado para a mesma finalidade. Considerando que as unidades do programa TerPaz compartilham modelo arquitetônico replicável e dinâmica de funcionamento semelhante — com áreas construídas superiores a 10.000 m², serviços permanentes, equipes técnicas

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

fixas e rotinas administrativas padronizadas —, é possível inferir que a demanda por gêneros alimentícios de uso interno (como café, leite, açúcar e biscoitos) apresenta proporcionalidade e constância entre as diversas unidades implantadas no território estadual.

12.3. Além disso, o quantitativo de itens previsto nesta contratação foi definido com base em levantamento do consumo histórico registrado no contrato anterior, já expirado, que atendeu às mesmas finalidades, público e estrutura administrativa. Essa análise comparativa permitiu a elaboração de uma projeção realista de consumo, respeitando os critérios de eficiência, economicidade e regularidade das aquisições públicas.

12.4. Por fim, ressalta-se que o valor estimado apresentado trata-se de uma estimativa preliminar e não vinculativa, sendo que o valor final da contratação será definido a partir de pesquisa de mercado válida a ser realizada em momento oportuno, conforme as diretrizes e procedimentos estabelecidos pela Administração.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. As despesas decorrentes da execução do objeto correrão à conta:

Esfera 1 - Orçamento Fiscal

Unidade Gestora Responsável - URG 760101- Secretária de Estado de Articulação da Cidadania

Plano Interno: 1050008818C - Implementação das Usinas da Paz

Ação N°: 273558

Função Programática 760101.08 422.1500

Projeto/Atividade 8818 D.Fonte 000000

Natureza de Despesa: 339030

Fonte de Recurso: 015000000001 - Rec. do Tesouro Informações

Esfera 1 - Orçamento Fiscal

Unidade Gestora Responsável - URG 760101- Secretária de Estado de Articulação da Cidadania

Plano Interno: 4110008338C - Operacionalização das Ações Administrativas

Ação N°: 284895

Função Programática 760101.08 122.1297

Projeto/Atividade 8338 D.Fonte 000000

Natureza de Despesa: 339030

Fonte de Recurso: 015000000001 - Rec. do Tesouro

OBS: A dotação orçamentária será apresentada quando da eventual formalização de contrato.

Belém (PA), 12 de fevereiro de 2026

(Assinado Eletronicamente)

Paulo Vinícios da Silva Gomes

Coordenador – CAAD/DAF/SEAC

Matrícula nº 5969172-5

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffb376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página75 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

Referente Pregão Eletrônico 90005/2026-SEAC

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Tel/E-mail: _____
CEP: _____
Cidade: _____ UF: _____
Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____
Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:
Nome: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____
RG nº: _____ Expedido por: _____
Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de gêneros alimentícios de consumo comum, compreendendo os seguintes itens: café em pó, açúcar refinado, leite em pó integral, biscoito salgado tipo cream cracker, biscoito doce tipo maisena, biscoito doce tipo Maria, biscoito doce recheado e biscoito tipo wafer, para suprir as necessidades internas das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania – SEAC e das Usinas da Paz, distribuídas em diversas Regiões de Integração do Estado do Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

LOTE XX - REGIÃO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	VALOR UNT. R\$	VLR. MENSAL R\$
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.

Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Nº do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Página77 de 97



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

12					
13					
VALOR MENSAL ESTIMADO PARA O LOTE : R\$					
VALOR ANUAL ESTIMADO PARA O LOTE : R\$					

VALOR TOTAL LOTE PROPOSTO: R\$..... (valor por extenso)

- Conta para pagamento: Banco: _____, Ag: _____, C/C _____
 - Validade da Proposta: _____ dias (não inferior a 120 dias);
 - Declaramos que no preço ofertado para os serviços estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxas de administração, encargos sociais, trabalhistas, transporte e seguro até o destino, lucro, e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto do certame.
 - Declaramos que cumprimos todos os prazos estabelecidos no Edital de seus anexos.
 - Declaramos aceitação total e irrestrita às condições do presente Edital.
- Belém – PA, _____ de _____ de 2026.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
XXXXXXX QUE ENTRE SI CELEBRAM O
ESTADO DO PARÁ, ATRAVÉS DA
SECRETARIA DE ESTADO DE
ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA E A
EMPRESA XXXXXXXXXX, COMO ABAIXO
MELHOR SE DECLARA.

Pelo presente **INSTRUMENTO**, de um lado, **O ESTADO DO PARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, através da **SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA – SEAC**, com sede na Av. Dr. Freitas, nº 2531 – Marco, CEP: 66.087-812, inscrita no CNPJ – MF sob o nº 37.205.760/0001- 45, nesta cidade, representada pela(o) Secretária(o) de Estado, Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro(a), portador(a) da carteira de identidade nº. XXXXXXXX e CPF nº. XXXXXXXXXXXXX, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro(a), XXXXXXXXXXXX, (Profissão), Portador(a) do CPF/MF nº XXXXXXXXX e da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado (a) à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX doravante denominada **CONTRATADA**, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E – 2025/3147642 (APENSADO - E-2025/3150928)**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Estadual nº 2.939/2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-SEAC**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de gêneros alimentícios de consumo comum, compreendendo os seguintes itens: café em pó, açúcar refinado, leite em pó integral, biscoito salgado tipo cream cracker, biscoito doce tipo maisena, biscoito doce tipo Maria, biscoito doce recheado e biscoito tipo wafer, para suprir as

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

necessidades internas das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania – SEAC e das Usinas da Paz, distribuídas em diversas Regiões de Integração do Estado do Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

1.2. Os materiais da presente contratação, conforme proposta vencedora, são os seguintes:

Quantitativo e Valores

LOTE XX - REGIÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	VALOR UNT. R\$	VLR. MENSAL R\$
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

8					
9					
10					
11					
12					
13					
VALOR MENSAL ESTIMADO PARA O LOTE : R\$					
VALOR ANUAL ESTIMADO PARA O LOTE : R\$					

1.3. O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico nº nnnn/aaaa**, constante no PAE nº aaaa/nnnn e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência;

1.4.2. A Proposta da contratada;

1.4.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que atendidas as condições estabelecidas no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

CLÁUSULA TERCEIRA – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Sustentabilidade:

3.1. Embora o fornecimento de gêneros alimentícios não se classifique como atividade de impacto ambiental direto e relevante no âmbito da Administração Pública, é possível e recomendável incorporar critérios de sustentabilidade de forma transversal à execução contratual, como por exemplo

- a) Realização de pedidos baseados na demanda real das unidades, de forma a evitar o excesso de estoque, o desperdício de recursos públicos e a deterioração precoce dos alimentos;
- b) Planejamento adequado da frequência de entregas, com vistas a equilibrar a reposição contínua e a integridade dos produtos, minimizando perdas e evitando o vencimento de prazos de validade;
- c) Adoção de medidas para o descarte adequado dos resíduos alimentares e embalagens, estimulando a separação de materiais recicláveis e o encaminhamento para coleta seletiva, quando disponível;
- d) Utilização de embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, sempre que possível, evitando o uso desnecessário de materiais plásticos não recicláveis;

Subcontratação:

3.2. A subcontratação fica limitada à contratação de empresa transportadora e/ou responsável pela logística de entrega do objeto, sob total responsabilidade da contratada em caso de qualquer falha, atraso, dano ou outro incidente relacionado à execução do serviço. A Administração Pública não se responsabiliza por quaisquer prejuízos, ônus ou responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas ou tributárias decorrentes da subcontratação, cabendo exclusivamente à contratada a supervisão, controle e resolução de eventuais problemas oriundos dessa prática.

3.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

Garantia da contratação:

3.4. Devido às características do objeto e do fornecimento, não será exigida a prestação de garantia.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Condições de entrega:

3.5. O prazo de entrega dos gêneros alimentícios será de até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da formalização do pedido, expedida pela SEAC, podendo ser fracionado em parcelas conforme a necessidade de atendimento das unidades vinculadas.

3.6. Os alimentos serão, em regra, entregues em dias e horários comerciais, de segunda a sexta, ou excepcionalmente, em dias e horários alternativos, os quais devem ser previamente ajustados com o fornecedor Contratado.

3.7. Caso a entrega não possa ser realizada no prazo previsto, a empresa contratada deverá comunicar formalmente à SEAC, com antecedência mínima de **03 (três) dias úteis**, informando as



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

razões que impossibilitam o cumprimento do prazo, para que eventuais pleitos de prorrogação sejam analisados. Situações de caso fortuito ou força maior poderão ser consideradas, desde que devidamente justificadas.

3.8. As entregas poderão ocorrer de forma programada e contínua, inclusive em dias úteis consecutivos, respeitando as diretrizes logísticas definidas pela SEAC, visando garantir a adequada organização, recepção e armazenamento dos itens nas unidades destinatárias.

3.9. As datas estipuladas para entrega poderão ser alteradas, a critério da Administração, mediante comunicação formal à contratada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, visando atender eventuais ajustes operacionais ou realocações estratégicas.

3.10. Por ocasião da entrega, a contratada deverá colher assinatura no respectivo comprovante de entrega, com nome completo, número do RG ou outro documento oficial de identificação, cargo e assinatura do servidor público responsável pelo recebimento dos produtos na unidade.

3.11. Caso os gêneros alimentícios sejam fornecidos com base em quantidade aferida por peso, os veículos de transporte deverão estar equipados com balança aferida e certificada pelo INMETRO, para permitir a conferência do peso no ato da entrega, na presença do responsável técnico da unidade recebedora.

3.12. Os produtos deverão ser entregues no(s) endereço(s) especificado(s) na respectiva Ordem de Fornecimento, a depender da unidade requisitante — incluindo, mas não se limitando, às Usinas da Paz localizadas nas Regiões de Integração do Estado, conforme definido previamente pela SEAC.

Transporte:

3.13. Os produtos deverão ser transportados em veículo apropriado, em condições que preservem as características do alimento, sua qualidade quanto às características físico-químicas, microbiológicas e microscópicas. As demais condições relativas ao veículo e ao transporte deverão estar de acordo com a legislações vigentes.

3.14. Se porventura os produtos não estiverem acondicionados em conformidade com o descrito acima, o responsável pelo recebimento no depósito central, poderá recusar o recebimento do produto, e a Contratada deverá refazer a entrega da forma correta em até 05 (cinco) dias úteis após o ocorrido.

3.15. Não é permitido, nas embalagens, emendas e/ou remendos que ocasionem modificação do espaço interno original do produto.

3.16. Não é permitido o reaproveitamento de nenhum tipo de embalagem, que tenha sido utilizada para acondicionamento de qualquer produto de modo geral.

3.17. Nenhum componente da embalagem (matéria prima e acessórios) poderá conter resíduos prejudiciais ao produto acondicionado e/ou à saúde humana.

3.18. Os materiais utilizados nas embalagens devem estar em conformidade com as Normas e Recomendações de Saúde e Higiene e que sejam capazes de proteger os produtos embalados durante o transporte, conforme legislação vigente.

3.19. Os meios de transporte dos gêneros alimentícios devem ser higienizados, sendo dotados de medidas, a fim de garantir a ausência de vetores e pragas urbanas.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

3.20. A atividade de carga e descarga não deverá apresentar risco de contaminação e/ou dano do gênero alimentício.

3.21. As entregas dos Gêneros Alimentícios deverão ocorrer por pessoal devidamente uniformizado e identificado.

Do local de entrega:

3.22. A entrega dos bens será realizada de forma regionalizada, conforme a divisão em lotes estabelecida no presente Termo de Referência, tendo como destino final as Usinas da Paz vinculadas à Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC), localizadas nas seguintes Regiões de Integração do Estado do Pará: Baixo Amazonas, Tocantins, Rio Capim, Araguaia, Rio Caeté, Guamá, Tapajós, Carajás, Marajó, Lago Tucuruí, Xingu e Região Metropolitana de Belém.

3.23. Os endereços exatos de entrega serão informados na Ordem de Fornecimento correspondente a cada demanda, respeitando os quantitativos, prazos e cronograma estabelecidos pela SEAC.

3.24. A contratada deverá garantir que a entrega dos itens seja realizada nos endereços designados, com o devido cuidado no manuseio, no acondicionamento e na preservação da integridade das embalagens, sob pena de recusa do recebimento em caso de não conformidade.

3.25. É de responsabilidade da contratada garantir os meios adequados de transporte e logística para que os produtos sejam entregues nos prazos estipulados, em condições ideais de conservação e armazenamento, atendendo aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

Rótulos das embalagens:

3.26. Os rótulos das embalagens deverão conter impressas de forma clara e indelével principalmente as seguintes informações:

- a) Denominação de venda (nome do produto, identificação e marca);
- b) Identificação da origem (nome ou razão social, CNPJ e endereço do fabricante, país de origem através da expressão “indústria...” “Fabricado em...”, “Produto...”, e, no caso de produto importado, nome ou razão social e endereço do importador).
- c) Data da fabricação;
- d) Data de vencimento ou data de validade;
- e) Identificação do lote;
- f) Lista de ingredientes, inclusive os aditivos;
- g) Informação nutricional;
- h) Peso líquido;
- i) Código de barras do produto;
- j) Condições de conservação e prazo máximo para consumo após a abertura da embalagem primária.

Garantia do produto:

3.27. A garantia do produto consiste em todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

3.28. Não serão aceitos produtos com validade vencida que comprometa a sua utilização ou que possua qualquer irregularidade quanto à qualidade, quantidade, peso etc...

3.29. Será considerada imprópria e, por conseguinte, recusada, a embalagem defeituosa ou inadequada ou que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração ou que não resista à manipulação, transporte e armazenamento.

3.30. A empresa fornecedora dos produtos será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos porventura entregues com especificação não compatíveis com a especificação do Termo ou que se caracterizem como impróprios para o consumo, nos moldes dos incisos I, II e III do § 6º do art. 18 da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

3.31. Na substituição dos produtos não condizentes com a especificação do termo, a reposição será por outro com especificações iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

3.32. Uma vez notificada, a Contratada realizará a substituição dos bens que apresentarem vício ou sejam considerados impróprios, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do produto das dependências da Administração pelo Contratado. Eventuais prorrogações de prazo de entrega deverão ser solicitadas antes do vencimento do prazo, desde que devidamente justificado e aprovado pela Contratante.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXXX (XXXXX).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento:

5.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente à nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

5.4. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, ou documento equivalente, do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Eventuais prorrogações de prazo de entrega deverão ser solicitadas antes do vencimento do prazo, desde que devidamente justificado e aprovado pela Contratante.

5.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.7. A contratada deverá remover, às suas expensas, todo o produto que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento.

5.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação:

5.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) Prazo de validade;
- b) Data da emissão;
- c) Dados do contrato e do órgão contratante;
- d) Período respectivo de execução do contrato;
- e) Valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

5.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

5.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, sem prejuízo do prosseguimento da liquidação, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.18. Havendo a efetiva execução do serviço, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento:

5.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

5.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Formas de pagamento:

5.22. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

5.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

5.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.26. O pagamento pelo fornecimento dos serviços será realizado conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência, após a prestação efetiva do serviço, apreciação, aprovação e consequente aceite pela CONTRATANTE, mediante a apresentação da fatura mensal emitida pela CONTRATADA, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Fatura dos serviços prestados;
- b) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF);
- c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal;
- d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual
- e) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal;
- f) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, de débitos trabalhistas.

5.27. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Estado do Pará (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Para preservar o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, os preços serão reajustados anualmente com base em um índice oficial, preferencialmente o IPCA, garantindo a atualização do valor contratado de acordo com as variações do mercado e dos custos dos insumos. Além disso, caso ocorram alterações significativas na conjuntura econômica que possam comprometer o equilíbrio financeiro do contrato, serão previstas revisões extraordinárias mediante negociação formal entre as partes, assegurando a manutenção da viabilidade econômica e a continuidade da execução contratual, devendo ser respeitado os termos da lei 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Sem que isso limite suas garantias, a contratante terá os seguintes direitos e responsabilidade:

- 7.1.** Receber os produtos em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato;
- 7.2.** Exigir o exato cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;
- 7.3.** Aplicar sanções administrativas nos casos de inadimplemento contratual, nos termos da legislação vigente;
- 7.4.** Acompanhar e fiscalizar o recebimento dos produtos entregues pela CONTRATADA, por meio dos servidores designados formalmente;
- 7.5.** Proporcionar à contratada as condições adequadas para que os produtos sejam recebidos nas unidades solicitantes de forma ordenada e planejada;
- 7.6.** Informar à contratada, com a antecedência possível, qualquer alteração na programação das entregas;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

7.7. Efetuar o pagamento conforme previsto no contrato, após o recebimento regular e aceite definitivo dos gêneros alimentícios, desde que devidamente atestadas as Notas Fiscais.

7.8. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, mantendo registros atualizados e documentados sobre a qualidade do serviço e eventuais intercorrências, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem que isso limite suas garantias, a contratada terá os seguintes direitos e responsabilidade:

8.1. Receber da contratante todas as informações e condições necessárias ao cumprimento do objeto contratado;

8.2. Ter acesso aos locais de entrega previamente indicados pela CONTRATANTE, mediante agendamento e cronograma definidos por esta;

8.3. Fornecer os gêneros alimentícios nas quantidades, prazos e condições especificadas no contrato, observando rigorosamente os padrões de qualidade e validade exigidos;

8.4. Entregar os produtos nas unidades indicadas pela CONTRATANTE, conforme cronograma a ser estabelecido, com embalagens íntegras e dentro das normas da vigilância sanitária;

8.5. Substituir, às suas expensas, quaisquer produtos que apresentem desconformidades, estejam com avarias, fora do prazo de validade ou em desacordo com as especificações do Termo de Referência;

8.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.7. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual;

8.8. Responsabilizar-se integralmente pelos danos que vier a causar à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;

8.9. Informar à contratante, com no mínimo 03 (três) dias úteis de antecedência, qualquer dificuldade que possa comprometer a execução contratual, justificando formalmente a ocorrência;

8.10. Cumprir rigorosamente as normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis ao fornecimento de gêneros alimentícios.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- d) Multa Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas acima de 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- e) Multa Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;
 - 1) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

9.10. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. A contratada será integralmente responsável por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do contrato, não sendo essa responsabilidade mitigada ou



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

excluída pela fiscalização exercida pelo órgão contratante, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. Toda comunicação entre a Administração e a contratada deverá ser formalizada por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, de forma excepcional, o uso de mensagens eletrônicas, conforme previsão do §2º do art. 44 da Instrução Normativa nº 5/2017.

10.4. A Administração poderá, sempre que necessário, convocar representante da empresa contratada para adoção imediata de providências que se fizerem urgentes, conforme estabelece o §3º do art. 44 da Instrução Normativa nº 5/2017.

10.5. Previamente à liberação de qualquer pagamento, deverá ser realizada a consulta à situação da contratada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

10.6. Caso a regularidade fiscal da contratada não esteja comprovada no SICAF, será exigida, para fins de pagamento, a apresentação dos seguintes documentos: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), Certidão de Regularidade junto à Receita Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado.

10.7. A não manutenção das condições de habilitação pela contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

10.8. A contratante poderá conceder prazo para que a contratada regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

Fiscalização:

10.9. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das condições estabelecidas entre a contratante e a contratada, na forma dos arts. 117, I, da Lei 14.133/2021 c/c o Decreto Estadual nº. 3.813, de 1º de abril de 2024.

10.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, em consonância ao estabelecido no art. 117 da Lei 14.133/2021.

10.11. Caberá aos fiscais registrar, em documento próprio, todas as ocorrências verificadas durante a execução contratual, adotando as providências necessárias para a correção de falhas ou irregularidades eventualmente constatadas, conforme o §1 do art. 117 da supracitada lei.

10.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.14. O fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que exija deliberação ou providência que ultrapasse sua alçada, conforme dispõe o §2º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

10.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10.16. A fiscalização de que trata esta seção não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e fiscais, em conformidade com a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

11.8. O contratante poderá ainda, nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

11.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Esfera 1 - Orçamento Fiscal

Unidade Gestora Responsável - URG 760101- Secretária de Estado de Articulação da Cidadania

Plano Interno: 1050008818C - Implementação das Usinas da Paz

Ação Nº: 273558

Função Programática 760101.08 422.1500

Projeto/Atividade 8818 D.Fonte 000000

Natureza de Despesa: 339030

Fonte de Recurso: 01500000001 - Rec. do Tesouro

Esfera 1 - Orçamento Fiscal

Unidade Gestora Responsável - URG 760101- Secretária de Estado de Articulação da Cidadania

Plano Interno: 4110008338C - Operacionalização das Ações Administrativas

Ação Nº: 284895

Função Programática 760101.08 122.1297

Projeto/Atividade 8338 D.Fonte 000000

Natureza de Despesa: 339030

Fonte de Recurso: 01500000001 - Rec. do Tesouro

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

14.1. O ESTADO DO PARÁ e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

- a. o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Federal n. 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b. o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- c. em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do ESTADO DO PARÁ, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
- d. eventualmente, as partes podem ajustar que o ESTADO DO PARÁ será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes da alínea ‘c’ acima;
- e. os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação no ESTADO DO PARÁ;
- f. os dados obtidos em razão desse contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros; e,
- g. encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado pelo ESTADO DO PARÁ, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal n. 13.709/2018.

14.2. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do ESTADO DO PARÁ, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

14.3. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

14.4. A CONTRATADA cooperará com o ESTADO DO PARÁ no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal n. 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

14.5. A CONTRATADA deverá informar imediatamente ao ESTADO DO PARÁ quando receber solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas do ESTADO DO PARÁ ou conforme exigido pela Lei Federal n. 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

14.6. O “Encarregado” da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do ESTADO DO PARÁ, no prazo de até vinte e quatro horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

14.7. A critério do Encarregado do ESTADO DO PARÁ, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

14.8. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal n. 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, além de publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Belém, Estado do Pará, com a renúncia de qualquer outro, especial, privilegiado ou de eleição, que tenham ou venham a ter, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Av. Doutor Freitas nº 2531, Marco, Belém/PA CEP:66.087-810.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

Estando as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições ora pactuadas, firmam o presente Contrato em três vias de igual teor na presença de duas testemunhas, para que produza os necessários efeitos jurídicos legais, para publicação no prazo legal como condição de eficácia.

Belém/PA, XX de XXXXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF N° _____

NOME: _____

CPF N° _____



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2025/3147642

Anexo/Sequencial: 80

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2018.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Elieth de Fatima da Silva Braga, **CPF:** ***.114.352-**

Em: 12/02/2026 16:24:42

Aut. Assinatura: a3e7f9dd0339ef7a25666ec9f7d352ad5b59c4a39e5f21b79f88edc9dbec40bd

Assinado eletronicamente por: Paulo Vinicios da Silva Gomes, **CPF:** ***.093.222-**

Em: 12/02/2026 17:05:26

Aut. Assinatura: dd1ea15fa37eec92c28281d34b789c6d27388981753082aa5260a6de3ea21110



Identificador de autenticação: fffbc376-2ce4-425f-8898-99d44d021e3a

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>